

Leonardo Boff*

Raízes do feminicídio: o desmonte do matriarcado pelo patriarcado

Houve uma época em que não se aceitava a existência histórica do matriarcado por insuficiência de dados. As pesquisas arqueológicas, os estudos da psicologia do profundo e outros confirmaram o fato de que realmente existiu, há 20 anos, uma fase matriarcal da humanidade.

Primeiramente, foi identificada na bacia do Mediterrâneo e depois em quase todas as partes do mundo. Descobriram-se figuras femininas da divindade, as grandes mães de mil seios, simbolizando a fecundidade da mulher.

Essas sociedades eram profundamente ecológicas, integradas na natureza, pacíficas e inclusivas de todos.

Mas os tempos mudaram e com eles as relações entre homens e mulheres. Provavelmente o desenvolvimento de instrumentos e de tecnologias mais efetivas no domínio da natureza e na consecução dos alimentos, exigindo mais força física, permitiram aos homens, ganharem, lentamente, mais proeminência. Eles se valeram destas vantagens e elaboraram estratégias para desbancarem o matriarcado. Introduziram o domínio do homem sobre a mulher e a ocupação deles de todos os espaços públicos.

Deu-se uma verdadeira luta dos sexos, luta de gênero que não terminou ainda, pois continua até os dias de hoje. Exemplifiquemos.

É emblemática a forma como foi retrabalhado o pecado de Adão e Eva. Nele se revela todo esforço de desmonte do matriarcado por parte do patriarcado. Essa visão foi aprofundada a partir de 1986 quando se criou a Internationale Akademie HAGIA, dedicada à pesquisa crítica e às experiências do matriarcado. A fundadora Heide Göttner-Abendroht resumiu as pesquisas em dois volumes Das Matriarcat I e II (Stuttgart 1988 e 1991).

Para a nossa reflexão é fundamental os es-

tudos multidisciplinares de duas eruditas teólogas feministas, Riane Eisler (Sex Myth and Politics of the Body: New Paths to Power and Love, Harper San Francisco 1955) e Françoise Gange (Les dieux menteurs, Paris, Editions Indigo-Côtes Femmes, 1997). Elas, de forma refinada, usando a linguística, o estruturalismo e outras ciências afins, mostraram que ao atual relato patriarcal subjaz um relato matriarcal anterior. Ele foi apagado e reescrito para justificar o poder patriarcal sobre a mulher. Seguiremos sua argumentação.

Os ritos e símbolos sagrados do matriarcado são diabolizados e retro-projetados às origens na forma de um relato primordial fundado no desígnio do Criador.

O atual relato do pecado das origens coloca em xeque quatro símbolos fundamentais da religião das grandes deusas-mães.

O primeiro símbolo a ser atacado foi a própria mulher (Livro do Gênesis 3,16) que na cultura matriarcal era dotada do sexo sagrado, gerador de vida. Como tal ela simbolizava a Grande-Mãe, a Suprema Divindade.

Em segundo lugar, desconstruiu-se o símbolo da serpente, considerado o atributo principal da Deusa-Mãe. Ela representava a sabedoria divina que se renovava sempre como a pele da serpente.

Em terceiro lugar, desfigurou-se a árvore da vida, sempre tida como um dos símbolos principais da vida. Ligando o céu com a Terra, a árvore continuamente renova a vida, como fruto melhor da divindade e do universo. O Gênesis 3,6 reconhece explicitamente que “a árvore era boa para se comer, uma alegria para os olhos e desejável para se agir com sabedoria”. Mas sobre ela cai o interdito, nem se pode tocá-la, pode produzir a morte.

Em lugar, destruiu-se a relação homem-

-mulher que originariamente constituía o coração da experiência do sagrado. A sexualidade era sagrada pois possibilitava o acesso ao êxtase e ao saber místico.

O atual relato do pecado das origens inverteu totalmente o sentido profundo e verdadeiro desses símbolos. Dessacralizou-os, diabolizou-os e os transformou de bênção em maldição.

A mulher será eternamente maldita, feita um ser inferior: “o homem a dominará” (Gn 3,16). O poder da mulher de dar a vida foi transformado numa maldição: “multiplicarei o sofrimento da gravidez” (Gn 3,16). Como se depreende, a inversão foi total e com consequências altamente negativas para o imaginário posterior, controlado pelos homens.

A serpente é maldita (Gn 3,14) e feita símbolo do demônio tentador. O símbolo principal da mulher foi transformado em seu inimigo fidalgo: “porei inimizade entre ti e a mulher” (Gn 3,15).

A árvore da vida e da sabedoria, na atual leitura patriarcal, vem sob o signo do interdito (Gn 3,3). Antes, na cultura matriarcal, comer da árvore da vida era se imbuir de sabedoria. Agora comer dela significa um perigo mortal anunciado por Deus mesmo: “não comais do fruto da árvore do meio do jardim, sequer a toquei, do contrário morrereis” (Gn 3,3).

O amor sagrado entre o homem e a mulher vem distorcido: “entre dores darás à luz os filhos; a paixão arrastar-te-á para o marido e ele te dominará” (Gn 3,16).

A partir de então se tornou impossível uma leitura positiva da sexualidade, do corpo e da feminilidade. Aqui está a justificativa histórico-social do crime do feminicídio no Brasil e no mundo. Segundo a ONU: 140 mulheres são vítimas de feminicídio por dia

no mundo. Na América Latina e Caribe, 11, no Brasil 4 diárias.

Aqui se mostra o que se operou com a desconstrução total do relato anterior, feminino e sacral. Re-escreveu-se o relato original das origens de forma a contaminar todas as significações posteriores. Todos somos, bem ou mal, reféns do relato adâmico, antifeminista e culpabilizador.

O trabalho das teólogas Riane Eisler e Françoise Gange pretende ser intencionalmente libertador: mostrar o caráter construído do atual relato dominante, centrado sobre a dominação, o pecado e a morte; e propor uma alternativa mais originária e positiva na qual aparece uma relação nova com a vida, com o poder, com o sagrado e com a sexualidade. É impossível o feminicídio.

Essa interpretação não visa repriminar uma situação passada mas encontrar um ponto de equilíbrio maior entre os valores masculinos e femininos, para os tempos atuais.

Estamos assistindo a uma mudança de paradigma nas relações masculino/feminino. Ela deve ser consolidada com um pensamento profundo e integrador que possibilite uma felicidade pessoal e coletiva maior do que aquela debilmente alcançada sob o regime patriarcal. É o que as feministas, políticas, antropólogas, filósofas e teólogas do Brasil e do mundo estão fazendo com expressiva criatividade.

***Leonardo Boff escreve para a revista LIBERTA do Instituto Conhecimento Liberta (ICL: <https://www.revistaliberta.com.br>); escreveu também com Rose Marie Muraro, Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças, Editora Vozes 2012 (<https://www.leonardoboff.org>).**

Victor Corrêa*

Quem cuida de quem cuida?

Muitas vezes, ninguém. A enfermagem representa cerca de 70% da força de trabalho em saúde no Brasil. São quase 3 milhões de profissionais presentes em todos os municípios brasileiros. No SUS, estão na vacina, no curativo, na medicação, na UTI, na emergência, na orientação à família e na rotina que mantém o sistema de pé.

Mas quem cuida também adocece. E, no caso da enfermagem, esse adoecimento não pode ser tratado como responsabilidade individual. Ele nasce de uma combinação conhecida: reconhecimento insuficiente, salário baixo, acúmulo de plantões, descanso comprometido e uma ideia antiga de que cuidar é quase vocação.

Na pandemia, a enfermagem ganhou rosto, aplauso e visibilidade. Nas ruas, murais e homenagens colocavam esses profissionais no lugar de heróis. Passada a emergência, ficou claro que aplauso não protege a saúde mental de ninguém.

A enfermagem não apenas cuida. Também trata. Administra medicação, monitora sinais, executa procedimentos, acompanha riscos e sustenta a rotina assistencial ao lado dos médicos.

Há pessoas que se surpreendem quando uma enfermeira explica que médico não é seu chefe. A surpresa revela o quanto a en-

fermagem ainda é confundida com uma função de apoio, quando se trata de uma profissão com saber próprio, responsabilidade legal e protagonismo no cuidado.

O adoecimento aparece nos números. Entre 2012 e 2024, mais de 70 mil licenças por saúde mental foram registradas pelo INSS entre profissionais de enfermagem, segundo levantamento da Organização Internacional do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. Técnicos, auxiliares e enfermeiros figuram entre as categorias com maior número de afastamentos por razões psíquicas no país.

E esses dados ainda contam menos do que deveriam. A Previdência Social registra apenas afastamentos a partir de quinze dias. Ficam fora os episódios mais curtos, os profissionais estatutários com regimes próprios e muitos casos que nunca chegam a virar licença formal. O que aparece já é grave. O que não aparece talvez seja ainda maior.

Médicos também carregam o peso de decisões difíceis, jornadas extensas e perdas que nenhum diploma ensina a suportar. Quem trabalha na linha de frente do cuidado humano carrega uma carga emocional que raramente cabe no prontuário.

Mas quando se fala em reconhecimento, a conta não fecha.

O piso salarial da enfermagem, aprova-

do em 2022 depois de décadas de mobilização, foi uma conquista real. A lei fixou R\$ 4.750 para enfermeiros, R\$ 3.325 para técnicos e R\$ 2.375 para auxiliares e parteiras. Mesmo assim, nasceu cercado de disputas, judicialização e limites.

No mesmo corredor, na mesma noite, diante do mesmo paciente. O enfermeiro recebe piso de R\$ 4.750. O médico, R\$ 20.329,70. É uma fotografia do mesmo sistema de saúde.

E há um efeito direto disso: o salário insuficiente empurra para o plantão extra. O plantão extra corrói o descanso. O descanso comprometido abre caminho para o adoecimento. O adoecimento gera afastamento. O afastamento sobrecarrega quem fica no plantão. E quem fica, por salário insuficiente, também acumula turno. O sistema se alimenta do próprio colapso.

Há ainda o problema dos repasses. A Constituição prevê assistência financeira complementar da União para ajudar estados, municípios e entidades filantrópicas a cumprir o piso. Mas, na prática, os valores nem sempre acompanham a realidade das folhas de pagamento, especialmente nos municípios menores, justamente onde o SUS costuma ser mais dependente e mais pressionado.

O piso existe. Chegar inteiro ao contra-

cheque é outra história.

Também não é detalhe o fato de a enfermagem ser uma categoria majoritariamente feminina. Profissões associadas ao cuidado, historicamente ocupadas por mulheres, costumam receber menos prestígio, menos proteção e menos reconhecimento. O cuidado é tratado como vocação quando convém, mas como custo quando chega a hora de pagar.

O próprio Ministério da Saúde lançou, em 2025, a primeira Demografia da Enfermagem do Brasil. Ou seja, os números existem. O problema não é falta de diagnóstico.

É nesse ponto que o debate deixa de ser apenas trabalhista. Passa a ser também uma questão de saúde pública. Quando uma equipe trabalha exausta, o problema deixa de ser apenas interno. O cansaço afeta a continuidade do cuidado, aumenta afastamentos, pressiona quem fica no plantão e piora a resposta do serviço à população. Quando a enfermagem adocece, o SUS inteiro sente.

Cuidado também adocece. Reconhecer isso não é gratidão. É obrigação do Estado. Enquanto essa obrigação não for assumida, vocação continuará sendo o nome bonito que se dá à sobrecarga.

***Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas**